

Ensino de português

José Carlos de Azeredo

# Ensino de português

*Fundamentos, percursos, objetos*



**ZAHAR**

Jorge Zahar Editor

Rio de Janeiro

Para Célia Therezinha, *in memorian*.

Copyright © 2007, José Carlos de Azeredo

Copyright desta edição © 2007:  
Jorge Zahar Editor  
rua México 31 sobreloja  
20031-144 Rio de Janeiro, RJ  
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800  
e-mail: jze@zahar.com.br  
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo  
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Projeto gráfico e composição: Leo Boechat  
Capa: Dupla Design

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

A985e Azeredo, José Carlos de  
Ensino de português: fundamentos, percursos, objetos / José Carlos  
de Azeredo. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-378-0021-8

1. Língua portuguesa – Estudo e ensino. I. Título.

07-2326

CDD: 469.798  
CDU: 811.134.3'271.1(81)

# Sumário

<i>Apresentação</i> .....	7
---------------------------	---

## **PRIMEIRA PARTE: FUNDAMENTOS, PERCURSOS, OBJETOS**

1. Aspectos básicos da construção do texto e do sentido .....	13
2. Ensino de português: fundamentos e objetos .....	31
3. Texto e construção do sentido .....	69
4. Leitura e escrita na língua materna: uma tarefa multidisciplinar .....	95
5. Língua e texto: o livro didático de português nos anos 1960 e 1970 .....	113

## **SEGUNDA PARTE: LEITURAS**

6. O aposto e o intertexto .....	129
7. Construção sintática e coesão lexical .....	145
8. Rosa, rosae: uma estilística da irreverência .....	159
9. De pedras e palavras: o atrito como estética .....	173
10. Lugares da língua na crônica de Carlos Drummond de Andrade .....	183

<i>Notas</i> .....	201
--------------------	-----

<i>Bibliografia</i> .....	209
---------------------------	-----

## Apresentação

Nossa experiência cotidiana da vida em sociedade não deixa qualquer dúvida sobre a importância da palavra como instrumento das relações humanas. No entanto, a consciência dessa importância não gera automaticamente uma compreensão fecunda do lugar da palavra na vida das pessoas. Todos reconhecem que as palavras são símbolos, mas em geral as encaram como simples nomes das coisas, recursos usuais com que simbolizamos idéias, entidades, objetos para comunicarmos o que percebemos, queremos, sabemos, sentimos, pensamos. Tudo muito natural.

A premissa de que tudo isso se dá de modo inconsciente e espontâneo tem por efeito a sensação de que falar é uma atividade tão natural quanto respirar, mastigar ou engolir. Obviamente, estes são atos que praticamos por simples impulso biológico e graças a uma combinação de movimentos fisiológicos que só se alteram por uma exigência ou acomodação orgânica natural. A linguagem, no entanto, segue outra ordem de estímulos, que têm de ser procurados no universo social, e se integra numa outra ordem de fenômenos: a dos fenômenos culturais, portanto aprendidos.

Leigos mas práticos, ficamos quase sempre tentados a tratar as palavras como se pertencessem a um estoque guardado na memória, como uma lista de etiquetas distintas e independentes que aplicamos às entidades do mundo real e do mundo imaginário. Assim, cada vez que precisamos mencionar alguma coisa ou exprimir alguma idéia, buscamos naquela lista as palavras ou etiquetas apropriadas e as combinamos umas com as

outras conforme um ordenamento lógico, que seria um reflexo da maneira como a própria realidade está construída.

Esta crença deriva, na verdade, de uma outra, mais ampla porém menos óbvia: a de que o mundo a que nossas palavras fazem referência se acha organizado como uma estrutura autônoma e separada da linguagem, como um “conjunto de coisas, fatos, sensações” pronto para receber a respectiva etiqueta. De acordo com essa crença, os conteúdos do nosso pensamento seriam apenas reflexos do mundo, e nossa linguagem não passaria de um simples meio de pôr rótulos nesses reflexos ou de propiciar sinais para eles.

Porém, essa crença é falsa: a linguagem não é uma simples ferramenta ou instrumento, tampouco o espelho de um mundo de objetos e fenômenos que preexistem à consciência humana. O conteúdo de nossos textos não é um “retrato fiel” de nossas experiências de mundo, simplesmente porque o que nossos textos significam resulta de uma filtragem e modelação dessas experiências por meio das categorias da língua em que são construídos. A transformação de nossas experiências de mundo em matéria textual envolve, necessariamente, fatores socioculturais e lingüístico-textuais que são propriedade coletiva. Uns e outros se refletem em nossos textos, na medida em que, balizando nossas escolhas por meio de um sistema coletivo de representações, fazem do que dizemos/escrevemos um meio de contato que viabiliza o entendimento entre dois sujeitos. Portanto, o que “vale” para a interação por meio da palavra não é o que “está na minha cabeça”, mas o que meu interlocutor compreende graças aos sinais que produzo.

Ensinar a língua é ensinar a lidar com esses sinais, seja na construção dos nossos textos, seja na compreensão dos textos alheios. Esta é uma verdade tão antiga quanto consensual, mas o consenso cede lugar à polêmica quando a questão se refere aos meios adequados à consecução de tal objetivo. Já é longo – mas provavelmente nunca será conclusivo – o debate sobre a utili-

dade e os benefícios da reflexão sobre a língua no processo de ensino concebido nos termos com que iniciei este parágrafo. O tema não é novo, apenas voltou ao debate.<sup>1</sup> Da mesma maneira, tampouco é nova a tese de que o conhecimento descritivo de uma língua não é fator determinante no desenvolvimento das habilidades de expressão e escrita.<sup>2</sup> A lição do bom senso, antiga mas não menos atual, é: ninguém aprende a ler e a escrever estudando gramática e fazendo exercícios de análise gramatical.

Quando, porém, se fala em reflexão sobre a língua, não é de análise gramatical que se fala. Reflexão sobre a língua é outra coisa bem mais abrangente: é uma prática que, sem perder de vista a função instrumental da palavra, faz da língua o foco do processo de aprendizagem e constrói sobre ela um conhecimento que é, no fundo, sobre a natureza humana e sobre a vida dos homens em sociedade.<sup>3</sup>

O ensino da língua é uma espécie de idéia fixa que percorre os ensaios reunidos nesta obra. Em todos, insistimos na condição que o texto detém de objeto e objetivo do ensino da língua materna. A primeira parte abrange os fundamentos (aspectos teóricos e conceituais, abordados nos três primeiros ensaios) e os percursos (um pouco da história do ensino do português, assunto dos ensaios 4 e 5). A segunda parte reúne propriamente os objetos desse ensino; os ensaios 6 e 7 oferecem análises da funcionalidade textual de dois recursos gramaticais, o aposto e a nominalização; os ensaios restantes são incursões no território da literatura. Esses objetos são artefatos construídos com palavras e é na natureza dessa construção que reside o sentido de cada um. Embora não tenha havido a preocupação em oferecer, na segunda parte, uma “aplicação” dos conceitos expostos na primeira, as análises empreendidas tendem a realizar essa conexão.

**PRIMEIRA PARTE:**  
**FUNDAMENTOS, PERCURSOS, OBJETOS**



# 1. Aspectos básicos da construção do texto e do sentido<sup>1</sup>

## Introdução

A convivência das pessoas em sociedade se desenrola sob a forma de gestos e atos de significação.<sup>2</sup> Produzimos e captamos sentidos por meios variados, que podemos agrupar em três ordens muito amplas: a primeira compreende os sinais, que são criados, desenvolvidos e adotados essencialmente com esse fim – como os gestos do cumprimento, os desenhos que identificam toaletes femininos ou masculinos, as notas musicais, o silvo do amolador de facas, as palavras; a segunda ordem abrange objetos a cuja utilidade primária se acrescenta um valor simbólico – como embalagens, roupas, adereços; a terceira abarca tudo o mais a que se pode atribuir sentido circunstancialmente, segundo a predisposição ou a expectativa que liga cada pessoa ao objeto de sua atenção. Com efeito, tudo à nossa volta é fonte ou possibilidade de algum significado, ainda que não esteja aí com esse propósito.

É conferindo sentido aos atos e objetos que nos orientamos no mundo. Conferir significado a qualquer coisa – seja um fato, um objeto, um gesto, uma frase – equivale a reconhecer seu lugar em algum contexto que a abrigue ou a engendre, com todos os ingredientes desse contexto: cenário, ocasião, personagens etc. Se ao passar na rua recebo o cumprimento de um desconhecido, é normal que eu fique embaraçado e não reaja como o outro espera. É como se eu “não visse sentido” no gesto do meu

interlocutor. Mas se ele e eu estivermos vestindo a camisa do time de futebol que se sagrou campeão na véspera, o gesto “se contextualiza” e imediatamente entendo o cumprimento.

Ao considerarmos as variáveis integrantes do contexto, vamos preenchendo de sentido os objetos de nossa atenção: uma porta fechada, um sino que bate, um perfume, um cheiro, um penteado, um olhar, um gesto. Movemo-nos ou nos orientamos, portanto, em um espaço ou situação qualquer graças à atribuição de sentido a cada coisa que vemos, percebemos, descobrimos.

Com essa formulação ampla, estamos dizendo que os sentidos são construídos na interação das pessoas umas com as outras, e com o mundo que existe à volta delas. Esses sentidos construídos na interação resultam de nossa capacidade de conferir aos dados e fatos do mundo um lugar ou função no território – físico, social, moral, cultural etc. – em que nos situamos e no qual nos movimentamos.

O objeto das reflexões que faremos ao longo deste ensaio compreende as formas cuja finalidade primordial, e talvez única, é a prática da interação humana. Trata-se da linguagem verbal, cujos sinais são uma propriedade de todo corpo social, veículos que são de sentidos compartilhados coletivamente e organizados em sistemas.

É claro que os sinais lingüísticos, embora fundamentais, não respondem sozinhos pelo processo de significação e comunicação. Nossos enunciados se prestam freqüentemente a mais de uma interpretação, e o sentido que lhes atribuímos sempre depende da colaboração de outras variáveis integrantes do contexto sociocomunicativo. Um exemplo banal é oferecido pelo ato de dizer “boa noite”. Esta frase corresponde, denotativamente, a um cumprimento, mas seu sentido não se esgota nessa constatação, pois podemos dizer o mesmo “boa noite” quando chegamos a algum lugar, quando nos despedimos ou quando passamos por um conhecido.

Qualquer evento social – seja um encontro casual de dois conhecidos que trocam cumprimentos banais, seja uma solenidade de formatura na qual se fazem muitos discursos – se desenrola, portanto, mediante a troca de sinais organizados em sistemas compartilhados por pelo menos dois indivíduos. Em uma dimensão mais ampla, qualquer evento necessariamente se baseia em algum modelo comportamental, ou *esquema*,<sup>3</sup> que define papéis sociais, torna previsíveis certos atos e legitima um certo modo de se expressar.

A expectativa das pessoas envolvidas em um evento comunicativo qualquer é que ele “aconteça” de forma entrosada, de sorte que qualquer coisa não prevista em seu esquema ou modelo pode representar um ruído causador de algum embaraço ou incompreensão.<sup>4</sup>

Em suma, o evento comunicativo se desenrola graças a uma espécie de “contrato” implícito assumido pelos diversos parceiros. Isto é, não dizemos qualquer coisa, a qualquer pessoa, em qualquer ocasião e situação, de qualquer maneira.

## Língua, discurso e texto

A aptidão humana para a comunicação através de símbolos é, portanto, condição indispensável à vida na dimensão cultural. A manifestação mais ampla e versátil dessa aptidão constitui o que chamamos de língua. A atividade comunicativa por meio de uma *língua* constitui o *discurso*. E os objetos por meio dos quais essa atividade se desenrola se chamam *textos*. É por meio de textos, básica e universalmente orais, mas em muitas sociedades também escritos, que os conteúdos ou informações circulam entre as pessoas.

Materialmente falando, os textos são entidades construídas por meio de palavras. Mas, quando chamamos um objeto verbal qualquer de texto, não levamos em consideração apenas sua face material, representada nas palavras e construções. Mais que isso, os textos são objetos lingüísticos investidos de função social no amplo e complexo jogo das interações humanas. Não são meros instrumentos, mas partes essenciais dos acontecimentos que dinamizam as relações sociais e fazem a história das sociedades, a própria face do relacionamento humano. Como veremos mais à frente, há uma íntima integração entre as funções sociocomu-

nicativas dos textos e a respectiva formatação (gênero, modo de organização, registro, vocabulário, gramática). E mesmo a eventual supressão do discurso – o silêncio – não constitui sua negação, mas uma de suas expressões.

Os conteúdos e informações veiculados nos textos têm um certo “valor interlocutivo” no mercado das trocas verbais. Esse valor interlocutivo lhes é conferido pelas coordenadas do *contrato de comunicação* (ver adiante) vigente em cada evento interativo. Uma receita médica, por exemplo, detém em nossa sociedade um valor interlocutivo bem distinto do que comumente se atribui a um horóscopo. O contrato de comunicação que rege cada um desses textos só confere o status de uma prescrição ao primeiro.

Certos textos são “caminhos de mão única”: o manual do Imposto de Renda, as instruções de uso de eletrodomésticos, as receitas médicas, as convenções de condomínio. Estes são, em geral, textos utilitários, de viés instrucional ou normativo, típicos das práticas discursivas caracterizadas por uma assimetria dos papéis discursivos – e por consequência das prerrogativas de fala – desempenhados pelos interlocutores.

Outros textos, porém, têm “sentido flutuante”, de acordo com as experiências, expectativas e interesses das pessoas que se comunicam. Nesses casos, podemos dizer que os sentidos não dependem apenas daquilo que a pessoa que fala ou escreve “quer ou tem a dizer”; eles tendem a ser elaborados numa espécie de negociação dialética entre autor e leitor. Essa heterogênea classe de textos compreende as obras a que o leitor responde basicamente com a reflexão. São os textos “formadores”, que veiculam valores de toda ordem – estéticos, morais, místicos, ideológicos etc. – e que inspiram ações por opção de seus leitores. Aí se incluem os textos de ficção, de opinião, humorísticos, filosóficos, os poemas.

Podemos ainda conceber uma terceira classe: a dos textos construídos com a finalidade explícita de criar ou influenciar comportamentos. É o caso do horóscopo. E também os textos publicitários e de propaganda, alguns textos religiosos, didáticos,

as “correntes” e as “simpatias”. Esta categoria abriga ainda textos como o do seguinte recado, que se vê afixado em tantas portas de garagem: “Entrada e saída de veículos.” A mensagem é apenas um disfarce para amenizar o verdadeiro recado: “Não estacione!”

## O contexto e o contrato de comunicação

Construir e atribuir sentido é a síntese do processo que chamamos de “interação humana” e que codificamos em sinais de toda espécie, como gestos, desenhos, cores, sons, palavras. Esse processo envolve múltiplos fatores de ordem afetiva, cultural, socio-cultural, psicossocial e ideológica. Um dado, porém, é por si só evidente e embasa qualquer tentativa de compreender e explicar o evento comunicativo: a comunicação entre as pessoas se processa sempre num *contexto sociocomunicativo*. Este não se resume no cenário físico e social objetivo, mas corresponde, principalmente, ao condicionamento mental ou psicológico que nos predispõe ao comportamento discursivo adequado e pertinente. É claro que o cenário físico e social faz parte desse condicionamento, mas nem sempre é seu componente mais decisivo. O componente crucial é a imagem que os interlocutores fazem um do outro, o papel social que cada um atribui ao outro enquanto atores do evento comunicativo em curso.

A atuação discursiva dos interlocutores no respectivo contexto sociocomunicativo é necessariamente sensível, portanto, a um conjunto de convenções constitutivas do *contrato de comunicação*, segundo uma terminologia já corrente.<sup>7</sup> Este corresponde, em última análise, a um *acordo, não necessariamente consciente, entre os interlocutores sobre cinco pontos*: 1) *os respectivos papéis sociointerativos*, 2) *as estratégias comunicativas a serem empregadas*, 3) *os conteúdos oportunos*, 4) *a variedade de língua utilizada* e 5) *as formas de discurso (tipos, gêneros e modos de organização) pertinentes*.

## 10. Lugares da língua na crônica de Carlos Drummond de Andrade<sup>1</sup>

As crônicas de Carlos Drummond de Andrade – que somam milhares – constituem-se num *corpus* dos mais significativos para o conhecimento da pluralidade de usos do português do Brasil. Diferentemente de um Mário de Andrade, Drummond não teorizou sobre a linguagem literária nem se aplicou à criação de um dialeto literário; diversamente de um Guimarães Rosa, também não subverteu a sintaxe nem se emaranhou no território da inventividade lexical, a não ser esporadicamente. De fato, num estilo que o aproxima mais de Bandeira, investiu fecundamente na experimentação dos gêneros de composição, e, valendo-se da elasticidade conceitual do gênero que chamamos de crônica, adotou o auto-recomendado viés *gauche*<sup>2</sup> para, com timbre não raro machadiano, captar e exprimir o desconcerto da existência. Justamente num poema dedicado a Machado de Assis, com quem partilhava inquietações relativas à realidade e à linguagem que a traduz, escreveu Drummond:

Todos os cemitérios se parecem,  
e não pousas, em nenhum deles, mas onde a dúvida  
apalpa o mármore da verdade, a descobrir  
a fenda necessária;  
onde o diabo joga dama com o destino,  
estás sempre aí, bruxo alusivo e zombeteiro,  
que revolves em mim tantos enigmas.<sup>3</sup>

## A crônica: um gênero singular

Referi-me anteriormente à natureza da crônica. Tendo surgido na transição da Idade Média para o Renascimento como registro da história e da vida dos reis, e tendo se tornado, a partir do século XIX, o gênero preferido dos autores literários integrados à atividade jornalística que então se expandia, a crônica se transformou no gênero elástico propício à aliança entre a temporalidade da notícia e a imprevisibilidade do fazer literário. “O cronista está sujeito ao burburinho da informação cotidiana, trazida pelo próprio jornal para o qual devolverá matéria que lhe serviu de suporte ou de pretexto”, segundo o justo comentário de Antônio Dimas.<sup>13</sup> Prefaciando a coletânea de Drummond intitulada *Boca de luar*, Fausto Cunha assim caracterizou a recepção da crônica na comunidade leitora:

Gênero supostamente menor, a crônica é lida por um público infinitamente maior que o do romance ou da poesia, um público que se renova sem cessar. Gênero dito efêmero, atravessa galhardamente os anos, e até os séculos, assumindo funções que se sucedem, como as de distrair, informar, testemunhar, documentar, fixar a evolução do escritor e da língua, o espírito da época.<sup>14</sup>



E o próprio Drummond, respondendo certa vez à acusação de frivolidade, resumiu o espírito da página que escrevia para o jornal *O Globo*:

... tenho certa prática em frivoleiras matutinas, a serem consumidas com o primeiro café. Este café costuma ser amargo, pois sobre ele desabam todas as aflições do mundo, em 54 páginas ou mais. É preciso que no meio dessa catadupa de desastres venha de roldão alguma coisa insignificante em si, mas que adquira significado pelo contraste com a monstruosidade dos desastres. Pode ser um pé de chinelo, uma pétala de flor, duas conchinhas da praia, o salto de um gafanhoto, uma caricatura, o rebolado da corista, o assobio do rapaz da lavanderia.<sup>15</sup>

O espaço do jornal requer do cronista um compromisso com o tempo presente, sem contudo lhe impor o dever de dar notícias. O cronista é um cidadão de seu tempo num sentido mais elástico, que lhe dá liberdade de converter fatos em matéria de reflexão e comentário, de se valer das experiências pessoais e de toda sorte de conhecimentos para discorrer sobre o que lhe pareça oportuno, e de se propor, perante seu leitor, a uma gama variada de atos comunicativos, de preferência em tom de conversa.

Referindo-se à prática do gênero a partir do modernismo na literatura brasileira, Davi Arrigucci Jr. viu nela “um meio de mapear e descobrir um país heterogêneo e complexo, largamente desconhecido de seus próprios habitantes...”<sup>16</sup> Esmiuçando esta avaliação, acrescenta:

É assim que uma consciência mais abrangente do país passa a reger o espírito da crônica modernista. Por isso, muitas vezes ela se volta para o passado colonial, retomando sua antiga forma histórica para recuperar retalhos da memória da nação. Por isso ainda, outras vezes lembra a voz do narrador oral, já fugidia no meio urbano, contando histórias de outros tempos, tentando resgatar uma experiência a caminho de se perder para sempre. E, ao mesmo tempo, é ela o registro

dos instantâneos da vida moderna, das novidades avassaladoras, dos rápidos acontecimentos, dos encontros casuais, dos estímulos sempre chocantes do cotidiano das grandes cidades, frutos da aceleração do processo de urbanização e industrialização da década de 30.<sup>17</sup>

Que lugares a linguagem ocupa nas crônicas de Carlos Drummond de Andrade? A proposta que faço é bastante simplificada, mas pode ser um ponto de partida para uma reflexão mais detalhista. Entendo que Drummond lhe confere três status principais: o de instrumento, o de etiqueta e o de objeto. É claro que esta distinção não se aplica privativamente a Drummond, mas nele tem uma pertinência exemplar. A função instrumental está no uso da palavra como meio de expressão da matéria relatada, seja ela uma história, uma reflexão ou análise, uma cena construída como diálogo. Digamos que este é o caso da escrita em que Drummond assume a autoria do discurso e responde pela linguagem – sintaxe, vocabulário e estilo – que adota. A língua aí utilizada reúne os traços da variedade culta padrão, ordinariamente exposta nas chamadas gramáticas normativas, sendo, ela própria, fonte de abonações do padrão culto. Enquadram-se amplamente nessa categoria as crônicas de *Fala, amendoeira* e *Cadeira de balanço*. Testemunham-se nessa classe textos em tom elevado, de linguagem formal e cerimoniosa, e textos em tom coloquial, variação que é ditada pelo ponto de vista do enunciador e pela imagem que ele faz do assunto. Exemplar é a crônica “O viajante”:

Um dos mistérios do Natal é caberem nele tantas festas: a religiosa, a familiar, a infantil, a popular e mesmo a agnóstica, dos que não apreendem o divino e entretanto o celebram. E todas essas comemorações se fazem em dois planos: o Natal exterior e o interior se interpenetram, mas não se confundem. Assistimos à festa nas ruas, nas casas, nas igrejas, participamos dela, mas promovemos em nós outra festa, ou tentamos promovê-la, calados, até melancólicos. Será o Natal solidão em busca de companhia?<sup>18</sup>

Outro exemplo interessante pela mistura de níveis de linguagem é “Os olhos”, crônica incluída no livro *Caminhos de João Brandão*. Trata-se do registro de uma paixão platônica, possivelmente inspirada pelos olhos de alguma atriz de cinema. Este texto é construído inicialmente em tom elevado, numa costura de clichês medievais – “Em tempos que se esgarçam na neblina dos tempos, conheci uma bela moça, a quem dediquei meus afetos. Servi-a como servem cavaleiros: sem ambição de paga espiritual, que da material jamais o impuro pensamento ousaria visitar-me”<sup>19</sup> – e no compasso da idealização de um mito. Passados os anos, e tendo mudado os sentimentos do cronista – “Olhava menos para suas imagens; ou olhava e não via o que vira antes. Não era o tempo que passara no rosto, era eu mesmo que não me via no meu passado”<sup>20</sup> –, o esvaziamento da imagem mitificada é registrado numa linguagem prosaicamente coloquial: “Aí ela sentiu que a coisa tinha mudado, e em 1960 apareceu por aqui com ar de quem não queria nada. Segundo me confidenciou um seu íntimo, era para bulir comigo.”<sup>21</sup>

O que, por outro lado, chamo de função de etiqueta é a propriedade que tem o discurso de permitir que o autor-narrador se aproprie de outras vozes como autênticas máscaras discursivas. Desse modo ele entra na pele – e, portanto, assume o discurso – de tipos regionais, sociais, ou mesmo institucionais. Nesses casos, a responsabilidade dos traços de linguagem é desse narrador, personagem ou enunciador-tipo. É exemplar dessa transferência, para um segundo narrador, a crônica “Jacaré de papo azul”, relato de um pescador:

Como estava lhe dizendo. De tanto viver assuntando o rio para ver se tem jacaré, a gente acaba tendo parte com a água, conhece o que ela esconde, sabe o que ela quer dizer. Rio não engana, mesmo se toma cautela de esconder no barro o que é de esconder. Mas pros outros é que esconde, não pra quem nasceu junto dele e carece viver dele.<sup>22</sup>

O caso de transferência para um enunciador-tipo de perfil institucional é exemplificado pela crônica “O que você deve fazer”, que parodia o discurso publicitário:

Consuma aveia, como experiência, durante 30 dias.  
 Emagreça um quilo por semana sem regime e sem dieta.  
 Livre-se do complexo de magreza, usando Koxkoax hoje mesmo.  
 Procure hoje mesmo nosso revendedor autorizado.  
 Economize servindo a garrafa-monstro de Lero-Lero.  
 Ganhe a miniatura da garrafa de Lisolete.  
 Tenha sempre à mão um comprimido de leite de magnólia.<sup>23</sup>

Por fim, o papel de objeto é assumido pela linguagem nas crônicas cujo assunto é a própria palavra. Esta categoria reúne um expressivo número de textos, via de regra *intermezzos* meta-lingüísticos construídos como enumeração ou listagem de casos, de exemplos, de situações. Neles Drummond exercita com certa volúpia o gosto pelo repasse lúdico do que lhe parecem excêntridades ou GRATUIDADES da linguagem, verdadeiros desafios à crença em que a palavra é um instrumento de comunicação e de compreensão entre as pessoas. Esses exercícios não são comuns até *Cadeira de balanço e Fala, amendoeira*. Neste, encontram-se duas crônicas – “Facultativo”, já aqui mencionada, e “Anúncio de João Alves” – que prenunciam os trabalhos que comporão mais tarde o grupo a que nos referimos a seguir. A primeira aborda o descompasso entre o significado dicionarizado de certas palavras e o valor consagrado no uso; a segunda, a muitos títulos primorosa (ver apêndice, p.197), é testemunho do próprio autor sobre as qualidades do estilo.

É, no entanto, só a partir de *Caminhos de João Brandão* que as crônicas dessa categoria vão proliferar (“Para um dicionário”, “O outro nome do verde”, “A eterna imprecisão de linguagem”, “Antigamente”, “Exercícios de/sem (?) estilo”). Aparecem em *O poder ultrajovem* e em *De notícias & não notícias faz-se a crônica*. Em *Os*

*dias lindos*, nada menos que catorze crônicas se acham agrupadas em uma subseção que se intitula “O homem e a linguagem”: por exemplo “O homem no condicional”, “As palavras que ninguém diz” e “Conversa na fila”. Em *Boca de luar*, outras cinco. E em *Moça deitada na grama*: “A boca, no papel”, “Os animais e a linguagem dos homens” e “Os etcéteras da vida”, entre outras.

A atividade de Carlos Drummond de Andrade como cronista dialoga todo o tempo com seu ofício de poeta maior no espaço literário brasileiro do século XX. Como nenhum outro, captou o desconcerto da existência nos flagrantes do cotidiano, e o expressou com a graça que apaga as fronteiras entre o lúdico e o lírico. Fez do embate com a palavra, mais que um ofício, um modo de ser e de estar no mundo. Poeta ou cronista, testemunhou e registrou seu tempo convertido em palavra, e como palavra o ofereceu à posteridade.

# Notas

## Apresentação (p.7-9)

1. Tratam desse tema os seguintes trabalhos, entre outros: Fernanda Irene Fonseca, *Gramática e pragmática*; Carlos Franchi *et alii*, *Mas o que é mesmo “gramática”?*; J. Wanderley Geraldi, *Linguagem e ensino*; Rosa V. Mattos e Silva, “*O português são dois...*”; Maria Helena de Moura Neves, *Que gramática estudar na escola?*; Mário A. Perini, *Sofrendo a gramática*; Antonino Pagliaro, *A vida do sinal*; Sírio Possenti, *Por que (não) ensinar gramática na escola*.

2. Em um pioneiro *Livro de composição* (1930), Olavo Bilac e Paulo Bonfim escreveram: “O aluno pode perfeitamente estar senhor de todas as regras da gramática, e não saber dizer o que pensa e o que sente. A gramática seca, abstrata e árida, com que se cansa o cérebro das crianças, não ensina a escrever.”

3. Essa estratégia de trabalho é defendida nos trabalhos de Carlos Franchi *et alii*, *Mas o que é mesmo “gramática”?* e de Fernanda Irene Fonseca, *Gramática e pragmática*.

## 1. Aspectos básicos da construção do texto e do sentido (p.13-29)

1. Texto inédito, escrito originalmente para circulação exclusiva no meio acadêmico.

2. É claro que há significação no cacarejo das galinhas em pânico ou no rosnar de um cão que defende seu alimento ou a propriedade de seu dono. Mas vamos ignorar essas manifestações comunicativas, que não foram criadas para as funções simbólicas e só têm por estímulo a circunstância imediata.

3. O esquema é a representação mental da rotina de um evento qualquer, seja um jantar num restaurante, a compra de um par de sapatos, a postagem de uma carta no correio...

4. Em vários casos, seja no domínio da filosofia, das ciências ou das artes, seja na esfera da administração pública ou privada, projetos, textos e obras podem vir a

## 10. Lugares da língua na crônica de Carlos Drummond de Andrade (p.183-99)

1. Publicado em Francisco Salinas Portugal e Maria do Amparo Tavares Maleval (orgs.), *Estudos galego-brasileiros* (La Coruña: Universidade da Coruña, Servizo de Publicacións, 2006, vol.2, p.225-39).

2. “Quando eu nasci, um anjo torto/ desses que vivem na sombra/ disse: Vai Carlos! ser gauche na vida.” (Carlos Drummond de Andrade, “Poema de sete faces”, in *Poesia e prosa*, p.70.)

3. Carlos Drummond de Andrade, *Reunião: 10 livros de poesia*, p.237-9.

4. Edward Lopes, *A palavra e os dias*, p.31.

5. Este é o traço característico da modernidade nas artes, segundo Octavio Paz: “O olhar maravilhado do artista se desdobra no olhar inquisitivo e introspectivo. Essa atitude crítica se bifurca em duas direções: crítica da sociedade e crítica da linguagem.” (*Convergências*, p.136.)

6. Carlos Drummond de Andrade, *Poesia e prosa*, p.147-8.

7. *Ibid.*, p.338.

8. Apud Sônia Brayner, *Carlos Drummond de Andrade: Seleção de textos*, p.256.

9. Carlos Drummond de Andrade, *Poesia e prosa*, p.1088-9.

10. *Ibid.*, p.95.

11. *Ibid.*, p. 321.

12. *Ibid.*, p.313.

13. In Olavo Bilac, *Vossa Insolência*, p.17.

14. Carlos Drummond de Andrade, *Boca de luar*, p.3.

15. *Ibid.*, p.200.

16. Davi Arrigucci Jr., *Enigma e comentário*, p.63.

17. *Idem.*

18. Carlos Drummond de Andrade, *Poesia e prosa*, p.192.

19. Carlos Drummond de Andrade, *Caminhos de João Brandão*, p.76-7.

20. *Idem.*

21. *Idem.*

22. Carlos Drummond de Andrade, *Os dias lindos*, p.49.

23. Carlos Drummond de Andrade, *Caminhos de João Brandão*, p.1181-2.

24. *Ibid.*, p.1115-6.